

## Uma revisão do debate contemporâneo das microfinanças

Tomás Costa de Azevedo Marques<sup>1</sup>

Maria Cristina Cacciamali<sup>2</sup>

### Resumo

O movimento de mercantilização das microfinanças nos anos 1990 trouxe o questionamento da eficiência dessas instituições no desenvolvimento e na redução da pobreza. Diante disso, o artigo apresenta o debate entre distintas visões do papel das microfinanças e, em seguida, o resultado de estudos de avaliação de impacto de distintas instituições no mundo. Ao final, o artigo conclui que, apesar do sucesso da eficiência financeira do modelo de mercantilização, ainda existem outros desafios colocados nesse campo.

### 5.1 Introdução

Este artigo se propõe a problematizar o movimento de mercantilização das microfinanças adotado pelas principais instituições do campo a partir dos anos 1990. Isso é feito por meio de uma extensa revisão da literatura que aborda o debate teórico e de avaliação de impacto das microfinanças.

Para tanto, o artigo é dividido em três seções, sendo que a primeira apresenta o movimento de mercantilização das microfinanças adotado na década de 1990, representado por um breve histórico do Banco Sol na Bolívia e o Banco Compartamos no México. Na segunda seção, é colocado o debate teórico, o qual apresenta a discussão das distintas visões sobre os objetivos e modelos das políticas

---

1 Mestre em Ciências da Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP).

2 Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Professora do curso de pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP).

de microfinanças e, por fim, a terceira seção traz a revisão de diferentes estudos de avaliação de impacto e seus resultados.

Com isso, as considerações finais propõem que o movimento de mercantilização das microfinanças, que teve início nos anos 1990, trouxe soluções para a eficiência financeira das instituições, porém também apresenta resultados contraditórios em relação a outras dimensões de avaliação. A partir disso, alguns desafios para o campo das microfinanças são apresentados.

## 5.2 Microfinanças nos anos 1990

O Banco Sol, na Bolívia, foi a primeira instituição de microfinanças na América Latina a alcançar uma grande amplitude na mercantilização desse tipo de serviço de forma lucrativa e a se constituir como uma instituição bancária formal, exemplificando o movimento dos anos 1990 (ROBINSON, 2001).

Segundo Gonzalez-Vega e Villafani-Ibarnegaray (2011), o início dos anos 1980 foi um período bastante complicado para a Bolívia. O país encontrava-se em situação de hiperinflação e crescimento negativo da economia, o que gerou um forte crescimento do setor informal. Para os autores, tais fatores, bem como a existência de uma crise fiscal que fechou os bancos públicos do país, e a cultura cooperativa existente contribuíram para o surgimento de iniciativas de microfinanças.

No entanto, as instituições financeiras tradicionais são incapazes de oferecer serviços a esse setor, constituindo, assim, uma janela de oportunidade para que as instituições de microfinanças atuem por meio da flexibilização das normas e superação das barreiras legais que incidem sobre as instituições tradicionais (ROBINSON, 2001).

A instituição conhecida mundialmente por Banco Sol foi fundada em 1987 como uma ONG chamada Fundación para Promoción y el Desarrollo de la Microempresa (Prodem). A Prodem oferecia pequenos empréstimos de baixo valor para grupos de três ou mais pessoas dedicadas a algum microempreendimento. Em 1992, com o crescimento para cerca de 17 mil clientes, a diretoria do Prodem tomou a decisão de regularizar a instituição como um banco formal, passando a se chamar, então, Banco Solidario (SENGUPTA; AUBUCHON, 2008).

Focado em oferecer serviços para a população urbana, não exatamente em situação de pobreza, mas, sim, chamados de “pobres economicamente ativos” – aqueles que já possuem alguma atividade que gere renda –, o Banco Sol, já então formalizado como uma instituição bancária, passou a acessar o mercado de capitais internacionais, permitindo ampliar a oferta de seus serviços (WEISS; MONTGOMERY, 2005).

Morduch (1999) aponta que o Banco Sol opera com empréstimos em grupos que podem ser formados por um número de três a sete membros, e todos eles recebem seu empréstimo ao mesmo tempo. Além dos empréstimos em grupo, a instituição também realiza empréstimos individuais.

As taxas cobradas pelos empréstimos são relativamente altas se comparadas a outras instituições de microfinanças ou mesmo se relacionadas à inflação da Bolívia. Em 1998, com uma inflação abaixo de 5% ao ano, as taxas eram de 48% ao ano mais uma comissão de 2,5% cobradas posteriormente. Por outro lado, os períodos de pagamento são flexíveis, permitindo aos tomadores optarem pela frequência que lhe é mais conveniente.

Os tomadores de empréstimos do Banco Sol se caracterizam por serem melhores pagadores do que os do Grameen Bank, e os montantes de empréstimos são também mais altos. Apesar dos tomadores terem um perfil diferente daquele encontrado na Ásia, Navajas et al. (1998) apontam que o Banco Sol tem atendido os “ricos dos pobres”.

A partir desse modelo de funcionamento, o Banco Sol consegue ter altas taxas de retorno e uma independência financeira de subsídios. Em 1998, o Banco Sol chegou a alcançar 81.503 clientes e a realizar cerca de 40% de todos os empréstimos feitos pelo sistema bancário boliviano (MORDUCH, 1999).

Assim como o Banco Sol na Bolívia, o México viveu uma experiência similar com a ONG Compartamos, que se formalizou como instituição financeira chamada Banco Compartamos. Esse caso, que é mais recente, explícita de forma concreta e mais profunda a questão da mercantilização das microfinanças pós-década de 1990.

Fundada em 1990 como uma ONG, na época chamada de Compartamos AC, com apoio técnico e financeiro do CGAP (Banco Mundial) e da Acción Internacional (USAID), a instituição tinha como objetivo oferecer crédito para mulheres pobres das regiões rurais do país desenvolverem atividades produtivas. Mais tarde também passaria a oferecer serviços para o setor urbano, visto que os riscos envolvidos nas operações eram menores e as possibilidades de sucesso eram maiores (SENGUPTA; AUBUCHON, 2008).

Nos anos 2000, com o objetivo de promover uma gestão mais agressiva e aumentar a amplitude de atuação da instituição, criou-se a Financiera Compartamos, uma *privateequity* que promoveu a transição de uma organização sem fins lucrativos para uma organização com fins lucrativos. Os acionistas da Financiera Compartamos eram compostos pela Compartamos AC, Acción e IFC (Banco Mundial), sendo que essas três instituições juntas detinham 68% do capital total como instituição com fins lucrativos e a outra parte foi vendida para investidores privados norte-americanos e mexicanos (ASHTA; HUDON, 2012).



Rosenberg (2007) problematiza algumas questões relevantes para o debate sobre o modelo adotado, as quais são “(I) os acionistas compartilham dos mesmos objetivos da instituição de microfinanças?; (II) o dinheiro concedido em sua fundação estaria sendo utilizado para enriquecer os investidores privados?; (III) com a IPO haverá uma mudança na governança do *Compartamos* que possivelmente dificulte a mediação entre os objetivos sociais e comerciais?”.

Tal cenário mostra o conflito ético entre o objetivo de uma instituição de desenvolvimento e a redução da pobreza por meio da oferta de serviços financeiros e as altas taxas de rentabilidade desejadas pelos seus acionistas e as taxas de juros praticadas pela instituição (SCHMIDT; 2010).

Para Bateman (2010), esse caso representa uma tendência da “nova onda” das instituições de microfinanças, as quais buscam adotar um modelo “a la Wall Street” de gestão e oferta de serviços financeiros. O autor aponta que, com a crise financeira internacional de 2008, o setor sofreu queda dos investimentos e fundos comerciais e o aumento da inadimplência.

Como afirmam Rosenberg (2007), Cull et al. (2008) e Schmidt (2010), esta situação em que o modelo de mercantilização do Banco Compartamos promove a transferência de bem-estar, ou benefícios, que deveriam chegar aos clientes para o benefício dos donos e acionistas da instituição promove a transferência dos ganhos.

Lewis (2008) complementa que mesmo havendo uma expansão significativa do número de clientes que a instituição alcançou no México, o benefício que a sua capitalização deveria promover no sentido da redução das taxas de juros ao nível de cobrir os seus custos e tornar-se sustentável financeiramente é extrapolado na medida em que as taxas se mantiveram extremamente altas e os ganhos estão todos sendo transferidos para os acionistas.

Para evitar a situação em que se encontra o Banco Compartamos, chamada de “mercantilização extrema”, Lewis (2008) defende que deve haver uma regulação do governo para evitar que as instituições de microfinanças se desviem de sua missão, beneficiando as instituições que atuam de forma justa e punindo aquelas que atuam somente na busca da maximização dos lucros.

### **5.3 O debate das microfinanças**

Rhyne (1998) aponta que a literatura cuja abordagem discute as microfinanças também está dividida entre duas visões. A primeira delas tem o foco na pobreza e a segunda tem o foco na sustentabilidade institucional. Woller e Dunford (1999) classificam essa cisão entre dois campos como os *institutionists* e *oswelfarists*. Da mesma forma que Rhyne (1998), esses autores indicam que existe uma dificuldade de comunicação entre eles, mas ambos podem ser complementares à

medida que diversas instituições realizam as duas abordagens de forma conjunta. O campo da sustentabilidade, ou institucionalista, enxerga no setor privado a única maneira possível de conseguir constituir instituições de microfinanças que ofereçam serviços de forma ampla para um grande número de clientes. No entanto, é necessário que essas instituições sejam capazes de gerar lucro, para que, assim, o setor privado tenha interesse em operar ou investir (RHYNE, 1998).

Dessa forma, são apresentados três argumentos centrais que justificariam esse tipo de abordagem para as microfinanças, sendo que “(1) os empréstimos de baixo volume envolvem altos custos para as instituições de microfinanças e que os pobres teriam condições de pagar altas taxas de juros, (2) o subsídio do crédito promove um desincentivo para a inovação e redução de custos e que (3) não existem recursos suficientes para subsidiar a expansão de todo o mercado potencial das microfinanças, sendo necessária a busca da rentabilidade para conseguir ampliar o acesso aos serviços microfinanceiros” (CULL et al., 2008).

Essa argumentação se baseia na ideia de que o mundo precisa de um ataque massivo à pobreza, dada a alta demanda existente por crédito estimado pelos trabalhos na área, como o CGAP (1995) ou Christen et al. (1995). Para tanto, se faz necessário um grande volume de crédito, o qual só seria possível por intermédio de grandes fontes de financiamento que colaboradores são incapazes ou não estariam dispostos a conceder (WOLLER et al., 1999).

Segundo a concepção neoliberal, para acessar essas fontes com o mercado de capitais e investidores privados, é condição que as instituições de microfinanças operem de forma eficiente e lucrativa. Isso se dá pela oferta de serviços de alta qualidade e em grande escala para uma ampla quantidade de pessoas pobres. Esse modelo é conceitualmente apresentado como “boas práticas” (MORDUCH, 2000).

As ONG afirmam que é constante o dilema entre a sustentabilidade financeira das instituições, no sentido de buscar autonomia e eliminar os subsídios, ao mesmo tempo em que oferecem um serviço para os mais pobres em escala significativa, como foi o movimento na década de 1980. Em paralelo, as diretrizes do Banco Mundial reforçam esta ideia de “boas práticas” pela necessidade de avaliar as instituições de microfinanças a partir de indicadores econômicos que destaquem a importância da autossuficiência como fundamental para o bom desempenho dessas instituições

Woller et al. (1999) colocam que as principais referências da literatura, que defendem a visão dos institucionalistas e o conceito de “boas práticas”, são os trabalhos realizados pelo Ohio State University Rural Finance Program, pelo Banco Mundial, USAID e pelo Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP), que é parte do Banco Mundial.

Por outro lado, os *welfarists* defendem a importância de serviços de inclusão focados no empoderamento da mulher como forma de melhorar as condições de vida, em especial da família e de crianças, bem como a geração de emprego para

essa população. Os exemplos mais conhecidos de instituições desse tipo são o Grameen Bank, o modelo FINCA de bancos de vila e alguns programas na América Latina, África e Ásia (WOLLER et al., 1999).

Esse campo acredita que pode ser um risco deixar as microfinanças no setor privado, visto que pode ocorrer uma tendência de mercantilização das microfinanças em busca de oportunidades lucrativas, ao passo que a redução da miséria ficaria em um segundo plano. Por isso é preferido por esse grupo que as microfinanças estejam nas mãos de colaboradores e governos (RHYNE, 1998).

Além disso, ao contrário dos institucionalistas, os *welfarists* não aceitam a ideia de que é necessário buscar a autossuficiência das instituições para poder oferecer serviços financeiros amplamente. Eles acreditam que isso é desejável, mas o mais importante deve ser alcançar os mais pobres. Ou seja, que as instituições consigam atingir profundidade e não necessariamente amplitude (MORDUCH, 2000).

Olivares-Polanco (2005) pontua que os *welfarists* compreendem que uma instituição eficiente seria aquela que conseguisse impactar na melhora das condições materiais e não materiais da vida dos mais pobres, seja com o uso de subsídios ou não. Os *institutionalists* acreditam que a eficiência é demonstrada por meio da lucratividade, sustentabilidade da instituição e a amplitude de seu alcance na oferta de serviços, mesmo que isso seja feito com taxas de juros acima do mercado.

Para Morduch (2000), as ideias defendidas como “boas práticas” pelos institucionalistas não fazem sentido sem antes se discutir quem são as pessoas que as instituições estão atendendo ou pretendem servir. Isso deve estar no centro dessa discussão de modelo a ser adotado pelas instituições de microfinanças.

Para Rhyne (1998), a questão que se deve compreender é em que ponto a sustentabilidade e a entrega dos serviços aos mais pobres podem se encontrar. Na medida em que, se for necessário haver algum tipo de subsídio para viabilizar o custo de entrega ao mais pobres, deve-se discutir até que ponto isso é necessário e como construir um modelo em que seja possível ser uma instituição sustentável e, ao mesmo tempo, entregar o serviço aos mais pobres.

Woller et al. (1999) e Morduch (2000) entendem que o gargalo da discussão está justamente na ideia dos institucionalistas de que o sucesso de uma instituição estaria ligado ao progresso desta para conseguir alcançar a autossuficiência financeira. Contudo, o que deve ser colocado como central é quem é o público que se pretende alcançar e, a partir disso, pode-se elaborar o modelo que deverá, ou não, envolver subsídios.

## 5.4 O debate contemporâneo das microfinanças

O desenvolvimento e a implementação das políticas de microfinanças são feitos com nenhuma ou pouquíssimas evidências sobre impacto e benefícios reais foi

o que trouxe à tona essa questão para o meio acadêmico – sendo produzidos nos últimos anos estudos, inclusive alguns contraditórios, para avaliar o impacto da inclusão financeira por meio das microfinanças e o quanto ela tem conseguido atingir o seu objetivo de redução da pobreza (MORDUCH, 1999).

Diante disso, será introduzida uma discussão sobre as dimensões e metodologias utilizadas pelos trabalhos para avaliar o impacto desse instrumento de inclusão financeira, demonstrando a limitação que esses indicadores possuem, sem ignorar sua relevância e contribuição para o debate contemporâneo. Em seguida, será apresentada uma série de trabalhos que se aprofundam na avaliação de impacto das microfinanças de todas as regiões do mundo, a partir de diferentes abordagens. Os resultados apresentados por esses trabalhos demonstram impactos positivos, negativos e, por vezes, contraditórios.

O principal foco das avaliações, inclusive pela abordagem financeira ou pela mercantilização das microfinanças adotadas pelas instituições durante os anos 1990, é centrado na capacidade de elas operarem a oferta de serviços financeiros com rentabilidade e autossuficiência financeira, conforme citado anteriormente. Contudo, a questão do alcance dessas instituições também aparece de forma intrinsecamente ligada a esse debate, tanto do ponto de vista da amplitude como da profundidade.

Nesse sentido, Hermes et al. (2011) afirmam que isso traz um prejuízo para o campo em relação a sua missão e objetivo, visto que a eficiência financeira tem uma correlação negativa com a profundidade do alcance, ou a capacidade das instituições, em atingir os mais pobres. Para Hermes e Lensink (2011), a entrega de serviços para os mais pobres (profundidade) envolve altos custos para a instituição. Morduch (1999) faz uma ressalva, apontando que é mais custoso e tem menor benefício oferecer pequenos montantes financeiros para uma grande quantidade de pessoas do que oferecer montantes maiores para pequenos grupos mais pobres.

Olivares-Polanco (2005) complementa afirmando que os estudos neste campo costumam realizar avaliações antes e após o início do programa ou o funcionamento das instituições e avaliações, com o objetivo de mensurar o impacto. Eventualmente, alguns trabalhos também se utilizam de grupos de controle, os quais não são beneficiados, para assim eliminar outras variáveis que podem intervir no estudo, sendo os indicadores mais tradicionais para avaliar o impacto de duas dimensões.

Uma dessas dimensões é referente ao alcance das instituições, medido pela profundidade e pela amplitude. A profundidade se refere ao nível de pobreza dos clientes beneficiados, enquanto a amplitude se refere à quantidade de clientes atingidos. Para inferir sobre a profundidade do alcance, é utilizada a relação entre o tamanho, em valor, dos empréstimos realizados e o PIB per capita do país ou

região estudada. Existem algumas críticas a esse método, como pontuado por Schreiner (2001), em que o uso do PIB per capita, especialmente em países chamados em desenvolvimento, pode apresentar uma grande distorção, visto que a maior parte desses países possui um nível alto de desigualdade e, portanto, uma má distribuição de renda que, vista a partir do ponto de vista do PIB per capita, pode apresentar grandes distorções na inferência (OLIVARES-POLANCO, 2005).

A segunda dimensão estudada refere-se ao nível de sustentabilidade financeira da instituição medida pelo Índice de Dependência de Subsídio (SDI), proposto por Yaron (1992). Esse índice sugere o cálculo do nível de dependência da instituição em relação ao aporte de recursos externos e também em relação ao tempo e à comparação com instituições similares. Contudo, os estudos não se restringem somente ao uso desses indicadores e muitas vezes se utilizam de outras dimensões para compreender o impacto dessas instituições. O debate sobre o uso de subsídios é central na proposta de avaliação da eficiência das instituições, medido pela sustentabilidade financeira e rentabilidade, pressupondo como perspectiva a eliminação de ajuda financeira externa.

Hermes e Lensink (2011) apontam que o método apresentado por Olivares-Polanco (2005) é o mais utilizado na maior parte dos estudos de avaliação de impacto, que consiste em comparar dois grupos, antes e depois de acessarem as microfinanças, chamado de método não randomizado. No entanto, esse mecanismo apresenta problemas metodológicos que acabam enviesando os resultados finais. Uma de suas limitações diz respeito a quão difícil é afirmar que uma experiência de política de microfinanças exitosa em determinada região pode ser replicada de maneira bem-sucedida em outras áreas, visto que o contexto em que essas políticas são realizadas podem ser determinantes para seu sucesso.

Morduch (1999) coloca que a avaliação de eficiência das instituições e programas de microfinanças não está necessariamente ligada à lucratividade, mas ao não constrangimento do crédito, ou seja, que este seja oferecido e atinja aqueles que demandam tal serviço. As avaliações têm apresentado que programas sem utilização de crédito subsidiado costumam atingir aqueles denominados como não tão pobres ou que se encontram logo acima da linha de pobreza. Portanto, a questão da eficiência não deve ser mensurada apenas pela perspectiva da lucratividade. Outra dimensão que deve ser ponderada na avaliação das instituições é a profundidade, considerando que o autor alega que os programas subsidiados têm um impacto social na diminuição da pobreza maior do que aqueles que se baseiam nas “boas práticas” de sustentabilidade.

Sendo assim, a entrega de serviço para os mais pobres e a sustentabilidade financeira das instituições são colocadas como conflitantes em alguma medida. Pode-se afirmar que existe, no panorama da avaliação dessas políticas, o chamado trinômio impossível das microfinanças, em que estão colocadas profundidade,

sustentabilidade e amplitude. Assim, um dos desafios pontuados nesse campo é o de como diminuir os custos operacionais mantendo a amplitude. Cull et al (2007) confirmam essa ideia e destacam que isso insere a importância de um planejamento institucional para que a organização defina quem será seu público-alvo.

Hermes e Lensink (2007) ressaltam duas questões centrais a serem estudadas e avaliadas de forma mais profunda no campo das microfinanças, sendo a primeira relativa aos grupos solidários e a segunda sobre como conseguem efetivamente reduzir assimetria de informação, reduzindo seleção adversa e risco moral, diminuindo as taxas de inadimplência e o *trade off* entre a sustentabilidade financeira da instituição e a sua capacidade de alcance, em especial a profundidade.

Do ponto de vista dos grupos solidários, é necessário atentar que apesar do seu aspecto positivo, inclusive com forte embasamento teórico, muitas instituições tradicionais, como o Grameen Banke o Banco Soltêm oferecido serviço de concessão de crédito também de forma individual. Em relação ao *trade off* citado, os autores indicam que, muitas vezes, os impactos sociais promovidos pelas instituições que dependem de subsídios excedem os custos financeiros. Portanto, conforme colocado por autores como Morduch (1999), Townsend e Yaron (2001) e Khandker (2005), o olhar sobre as microfinanças como mecanismo de inclusão financeira para a superação da pobreza deve ser medido pelo quão capaz as instituições são de alcançarem o seu objetivo, sem serem guiadas por indicadores estritamente financeiros. Nessa análise, os mais pobres deveriam ser mais beneficiados do que aqueles que não são tão pobres (HERMES; LENSINK, 2007).

Mersland e Strøm (2009) também apontam que é necessário aprofundar os estudos e as avaliações do impacto da mudança do modelo de concessão de crédito de grupos solidários para empréstimos individuais, sendo esse um movimento ao qual muitas instituições estão aderindo, mesmo que isso faça com que ela reduza seu alcance sem promover melhores resultados financeiros.

Dessa forma, os estudos apresentados a seguir apresentam avaliações a partir de diferentes dimensões das microfinanças como instrumento de inclusão financeira. As dimensões avaliadas são: os grupos solidários de empréstimo, organização gerencial das instituições, público-alvo, sustentabilidade financeira, redução da pobreza, amplitude e profundidade, empoderamento das mulheres, saúde, qualidade de moradia, segurança alimentar, educação, trabalho infantil e oferta de emprego.

A partir da base de dados do Bangladesh Institute for Development Studies (BIDS), Godquin (2004) desenvolve uma avaliação dos grupos de empréstimo em Bangladesh para o período de 1991-92. Os resultados obtidos pela autora demonstram que essa metodologia, que se baseia em empréstimos em grupo, é capaz de aumentar as taxas de adimplência, bem como o uso de serviços não financeiros e incentivo para bons pagadores. Nesse sentido, Fiori et al. (2004) apontam para

o fato de que as pessoas envolvidas no processo de demanda das microfinanças terem laços pessoais, em especial para os grupos de empréstimos, contribui para o sucesso nas altas taxas de adimplência das instituições.

Do ponto de vista gerencial, o trabalho desenvolvido por Mersland e Strøm (2009) avaliou a governança e seu resultado nas metas de alcançar os mais pobres de forma sustentável em 278 instituições localizadas em sessenta países, utilizando os dados de cinco diferentes agências de classificação reconhecidas pelo CGAP. Os números obtidos pelos autores indicam que quando o diretor executivo é uma mulher, os serviços oferecidos pelas instituições são mais bem avaliados pelos clientes e, além disso, quando o diretor executivo cumpre um papel duplo, também de presidente, existe um efeito positivo no aumento do número de clientes atendidos. Contudo, nas instituições avaliadas, foi apontado que, quando é utilizado o modelo de concessão individual de crédito, o valor médio de empréstimos é menor do que quando feito por meio de grupos de empréstimo.

No estudo realizado por Olivares-Polanco (2005), no qual ele avaliou 28 instituições de microfinanças na América Latina, os resultados ressaltaram que, em primeiro lugar, existe uma correlação negativa entre o tempo de existência de uma instituição e o tamanho do crédito concedido; portanto, as instituições mais recentes tendem a atender um público em condições melhores. Em segundo lugar, existe uma correlação positiva entre o nível de competição das instituições e o tamanho de crédito e, por fim, viu-se que de fato existe um *trade off* entre a rentabilidade da instituição e o nível de profundidade que ela atinge.

Dessa perspectiva, avaliando as dimensões de alcance e sustentabilidade de uma instituição, os trabalhos de Hermes et al. (2011) e Cull et al. (2011), apesar de se utilizarem metodologias distintas e, portanto, não comparáveis, chegam à mesma conclusão, assinalando que existe um *trade off* entre sustentabilidade e alcance. Os resultados desses dois trabalhos também confirmam o encontrado pelo trabalho de Olivares-Polanco (2005), indicando a existência do trinômio impossível das microfinanças, mencionado anteriormente.

O estudo de avaliação randomizado feito por Coleman (2006) na região do Nordeste da Tailândia entre os anos de 1995 e 1996 mostra que as microfinanças impactam mais para aqueles considerados não tão pobres, ou os pobres saudáveis. Nesse sentido, Imai et al. (2010) realizaram um estudo com dados de diferentes regiões da Índia para o ano de 2001, avaliando o impacto do acesso aos serviços financeiros na redução da pobreza de famílias da Índia. Um dos resultados que devem ser destacados é que o crédito produtivo para a área rural tem um efeito mais consistente na redução da pobreza, enquanto, nas áreas urbanas, o acesso aos serviços financeiros tem mais eficácia do que o crédito produtivo.

Diante disso, Hermes e Lensink (2011) afirmam que é importante para o formulador da política reconhecer esse desafio e, a partir disso, pensar quem será

o público-alvo a ser beneficiado por esse tipo de política, ponderando o nível de subsídio que estaria envolvido. Por isso, os autores realizaram uma revisão de diversos estudos em diferentes regiões de países em desenvolvimento na busca de compreender mais a fundo os dois pontos centrais no debate contemporâneo das microfinanças, que são a medida em que a sustentabilidade financeira de uma instituição afeta a sua missão (desvio de missão) e o seu alcance, e se as microfinanças teriam impacto positivo no bem-estar econômico e social das famílias pobres dos países em desenvolvimento. O resultado apontado pelos autores mostra que o modelo de flexibilização dos contratos para a oferta de serviços financeiros adotados pelas microfinanças contribui positivamente para a inclusão financeira de uma determinada parcela dos pobres, mas compromete a saúde financeira das instituições.

O trabalho de Hudon e Traca (2011) utiliza o banco de dados de duas agências de classificação de 100 diferentes instituições para o período 2002 a 2005 e demonstra que o subsídio até determinado nível pode melhorar a eficiência nos resultados financeiros e a amplitude de clientes da instituição. Isso reconhecendo todas as limitações que os estudos de avaliação de impacto têm, tanto na sua metodologia como na possibilidade de comparar ou prever o sucesso em diferentes contextos. Os autores também mostram que apenas 5% das instituições de microfinanças são financeiramente sustentáveis, enquanto o resto ainda depende fortemente de subsídios para manter suas operações ou mesmo da doação de voluntários.

Analisando outras dimensões, estudos como o de Becchetti e Castriota (2011), no Sri Lanka em 2007, e de Rai e Ravi (2011), na Índia em 2006, constituem evidências de que as microfinanças impactam positivamente, especificamente em situações de desastres naturais e no empoderamento das mulheres, respectivamente.

A investigação realizada pelos autores Van Rooyen et al. (2012) analisa o caso das microfinanças na África Subsaariana por meio de uma extensa revisão de outros trabalhos que estudam Gana, Quênia, Uganda, Zimbábue, Tanzânia, Etiópia, Madagascar, Ruanda, África do Sul e Malavi, observando os resultados dos serviços de microcrédito e micropoupança. O avanço é que os autores propõem um olhar multidimensional abrangendo aspectos além de financeiros, mas também ligados, por exemplo, a saúde e educação, encontrando pontos controversos sobre como esse tipo de serviço pode melhorar as condições dos mais pobres em alguns aspectos, mas também pode piorar em outros. Do ponto de vista dos impactos financeiros, os estudos analisados pelos autores apontam que as pessoas que tiveram acesso aos serviços financeiros obtiveram aumento na sua renda e de seus ativos, contudo não de forma contínua. Em relação aos impactos não financeiros, são levantadas sete variáveis: saúde, segurança alimentar, educação, trabalho infantil, empoderamento da mulher, moradia, geração de emprego.

Saúde e qualidade da moradia são dimensões que apresentaram correlação positiva com o acesso aos serviços financeiros. Enquanto algumas regiões apresentaram impacto positivo no caso de segurança alimentar, outras registraram resultado insignificante – o que pode ser mais determinado pelo contexto local do que pelo acesso ao serviço em si. Em relação à educação, algumas regiões apresentaram evidências de que houve melhora, enquanto outras, não. Contudo, o indicador de trabalho infantil não é impactado, o que leva a acreditar que as crianças não estão sendo deslocadas da escola para o trabalho, mas, sim, que os pais não estão conseguindo arcar com as taxas envolvidas na educação de seus filhos, especialmente das meninas.

No entanto, ao contrário da revisão apresentada por Rai e Ravi (2011), o aspecto de empoderamento das mulheres se mostrou inconclusivo na maior parte dos estudos de avaliação realizado na região, levando à constatação de que não há evidências significativas de que o empoderamento da mulher é fortalecido pelo acesso aos serviços financeiros. Da mesma forma, não existem estudos significativos da região que apontam um aumento na oferta de emprego e o acesso aos serviços financeiros.

Van Rooyen et al. (2012) entendem que as microfinanças não compreendem um instrumento bem-sucedido para a redução da pobreza, dado que em alguns casos os resultados podem ter impactado negativamente a vida dos mais pobres. Essa contribuição é ainda mais relevante em um contexto em que microfinanças são assumidas como um instrumento para atingir as chamadas Metas de Desenvolvimento do Milênio, visto que a contribuição das instituições de microfinanças no empoderamento da mulher mostrou-se inconclusivo e a melhora na renda dos beneficiados pelas instituições não é contínua para a região da África Subsaariana, demonstrando resultados controversos.

Em avaliação realizada a partir de 346 instituições de diversos países para o período entre 2002 e 2004, Cull et al. (2008) confirmam que as instituições têm conseguido manter uma alta taxa de adimplência, praticado altas taxas de retorno e também deixado de lado o foco nos mais pobres e nas mulheres. Nesse sentido, os autores chamam atenção para o fato de os dados referentes a Bangladesh e ao nordeste da Tailândia mostrarem algo próximo de zero nos benefícios trazidos pelas instituições de microfinanças.

Na mesma linha, um estudo experimental realizado na Índia entre 2007 e 2010 por Banerjee et al. (2013) não encontrou nenhum resultado significativo em indicadores como saúde, educação e empoderamento feminino. Os dados também não apontaram mudanças nem no consumo nem na rentabilidade dos empreendimentos, apenas um pequeno aumento dos ganhos nos pobres da extremidade superior.

Além disso, os autores Hermes et al (2011), a partir dos dados de 435 instituições de microfinanças de diferentes países, entre 1997-2007, apontam que

características como baixo volume médio de crédito e alta relação de mulheres na carteira de clientes comprometem a eficiência financeira das instituições de microfinanças. Os autores confirmam ainda a relação negativa entre alcance e eficiência financeira.

Diante do fato de que avaliações têm apresentado resultados contraditórios, alguns autores têm se mostrado céticos e críticos ao modelo de microfinanças difundido pelas organizações multilaterais nos anos de 1990. Bateman e Chang (2009) e Bateman (2010) afirmam que esse modelo, apesar de longamente associado ao benefício direto aos mais pobres, não se provou consistente nas avaliações de impacto, o que é reconhecido até mesmo por Jonathan Morduch, uma das principais referências no tema.

Chowdhury (2009) e Bateman e Chang (2012) apontam que esse modelo hegemônico das microfinanças ignora a chamada “falácia da composição”, acreditando que o incentivo de crédito a pequenos negócios informais constitui uma estratégia sólida de combate à pobreza, ao passo que essa oferta criaria sua própria demanda. Contudo, a oferta externa de crédito não necessariamente torna negócios viáveis se o mercado não se expandir rapidamente.

Diante disso, nota-se que os mercados domésticos dos países chamados em desenvolvimento encontram-se saturados de negócios informais, em que a população mais pobre encontra-se alocada. Na cidade de Dhaka, Bangladesh, em que as instituições de microfinanças já atuam há anos, 63% dos empregados informais devido à saturação e à alta concorrência dos comércios. De forma similar, as experiências da Bósnia e da Croácia demonstram que essa política tem, na verdade, reduzido a renda média das regiões em que as organizações de ajuda internacional têm atuado fortemente no fomento às microfinanças.

As implicações disso para Bateman e Chang (2009) é que a “nova onda” das microfinanças é incapaz de promover o desenvolvimento e superação da pobreza em médio ou longo prazo. Essa política promovida pelas organizações multilaterais de incentivo a tal modelo constitui-se como uma “armadilha da pobreza”, em que o objetivo seria o de manter a desindustrialização nos chamados países em desenvolvimento por meio do incentivo ao microcrédito para pequenos e microempreendimentos que, em sua maioria, são limitados à baixa produtividade, à pequena escala e às poucas chances de crescimento e geração de emprego, fortalecendo assim a informalidade e os baixos salários.

Contudo, ao contrário do que afirma o manual de “boas práticas” promovido pelo Banco Mundial para as instituições de microfinanças, o modelo que tem se mostrado um sucesso na melhora da qualidade de vida, redução das desigualdades e desenvolvimento é aquele implementado em países como China, Taiwan, Coreia do Sul, Tailândia, Índia, Malásia e mais recentemente o Vietnã. Portanto, em países onde o Estado promoveu intervenção com o financiamento de

baixo custo e longo prazo em setores estratégicos (BATEMAN; CHANG, 2009; BATEMAN, 2010; BATEMAN; CHANG, 2012).

Stiglitz (1996) afirma que esse modelo implementado pelos países do leste asiático teve como central cinco tipos de intervenção estatal para promover a melhor alocação dos recursos, sendo “(I) incentivo à poupança para promover melhor alocação de recursos, (II) regulamentando as atividades bancárias com o objetivo de fortalecer a solvência, (III) criando instituições financeiras, (IV) impondo restrições financeiras e (V) promovendo intervenção direta na concessão de crédito direcionado”.

## 5.5 Considerações finais

A partir da revisão teórica apresentada e dos resultados dos estudos de impacto, entende-se que o movimento de mercantilização das microfinanças, iniciado nos anos 1990, consolidou um modelo de política que apresenta resultados altamente eficientes do ponto de vista financeiro das instituições prestadoras. Contudo, traz pontos contraditórios no que se refere a outros indicadores, como os grupos solidários de empréstimo, organização gerencial das instituições, público-alvo, sustentabilidade financeira, redução da pobreza, amplitude e profundidade, empoderamento das mulheres, saúde, qualidade de moradia, segurança alimentar, educação, trabalho infantil e oferta de emprego.

Além disso, os autores apontam que existe uma correlação negativa entre a eficiência financeira de uma instituição e a profundidade que esta alcança na entrega de serviços. Com isso, é fundamental que a instituição defina seus objetivos de forma clara e o público-alvo que se pretende atingir, o que define de forma mais clara se ela está alcançando, ou não, seus objetivos.

Diante disso, compreende-se que existem desafios colocados para que o campo das microfinanças possa avançar neste debate. O primeiro deles, problematizado por alguns autores, é a necessidade de regulamentação e intervenção de governos no setor, para que este evite desviar de sua missão. Uma segunda questão colocada é a necessidade de compreender mais a fundo a experiência de países que, por intermédio de outros modelos de não constrangimento de crédito e investimento em setores estratégicos, podem contribuir para alavancar o desenvolvimento dos países e reduzir a pobreza.

## Referências

ASHTA, Arvind; HUDON, Marek. The Compartamos microfinance IPO: Mission conflicts in hybrid institutions with diverse shareholding. *Strategic Change*, v. 21, n. 7-8, p. 331-341, 2012.

- BANCO MUNDIAL. **World Development Report 2000/2001: Attacking poverty.** Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BANERJEE, A.; E. DUFLO, R. GLENNERSTER; C. KINNAN. “The Miracle of Microfinance? Evidence from a Randomized Evaluation”. **Working Paper**, MIT, 2013.
- BATEMAN, Milford. **Why doesn't microfinance work?: the destructive rise of local neoliberalism.** Zed Books, 2010.
- BATEMAN, Milford; CHANG, Ha-Joon. Microfinance and the illusion of development: from hubris to nemesis in thirty years. **World Economic Review**, n. 1, 2012.
- BATEMAN, Milford; CHANG, Ha-Joon. The microfinance illusion. **SSRN 2385174**, 2009.
- BECCHETTI, Leonardo; CASTRIOTA, Stefano. Does microfinance work as a recovery tool after disasters? Evidence from the 2004 tsunami. **World Development**, v. 39, n. 6, p. 898-912, 2011.
- CHOWDHURY, Anis. Microfinance as a poverty reduction tool-A critical assessment. **United Nations, Department of Economic and Social Affairs (DESA) working paper**, (89), 2009.
- CHRISTEN, Robert Peck; RHYNE, Elisabeth; VOGEL Robert and MCKEAN, Cressida. “Maximizing the Outreach of Microenterprise Finance: An Analysis of Successful Microfinance Programs”. **USAID Program and Operations Assessment Report No. 10.** Washington, D.C.: U.S. Agency for International Development, 1995.
- CHRISTOPOULOS, Tania Pereira; FARIAS, Lauro Emilio Gonzalez; MARQUES, Tomás Costa de Azevedo. Evaluating Banking Agents: A Case of Brazilian Banking Correspondents. **DLSU Business & Economics Review**, v. 24, n. 2, 2015.
- COLEMAN, Brett E. Microfinance in Northeast Thailand: Who benefits and how much?. **World Development**, v. 34, n. 9, p. 1612-1638, 2006.
- Consultative Group to Assist the Poorest. **Focus Note No. 3.** Washington, D.C.: The World Bank, 1995.

- CULL, Robert; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; MORDUCH, Jonathan. Does regulatory supervision curtail microfinance profitability and outreach?. **World Development**, v. 39, n. 6, p. 949-965, 2011.
- CULL, Robert; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; MORDUCH, Jonathan. Financial Performance and Outreach: A Global Analysis of Leading Microbanking. **The Economic Journal**.v. 117, n. 517, February, 2007.
- CULL, Robert; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; MORDUCH, Jonathan. Microfinance meets the market. **The Journal of Economic Perspectives**, p. 167-192, 2008.
- DITCHER, Thomas; HARPER, Malcolm. What's wrong with Microfinance. **Rugby, UK: Practical Action Publishing. ISBN**, v. 978, n. 1, p. 85339, 2007.
- FIORI, Anita; GOLDMARK, Lara; ASSUMPÇÃO, Carlos; DARZÉ, Alexandre; CARDOSO, Marco Aurélio. Entendendo a história das microfinanças. **O Desafio das Microfinanças**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 9-139, 2004.
- GODQUIN, Marie. Microfinance repayment performance in Bangladesh: How to improve the allocation of loans by MFIs. **World Development**, v. 32, n. 11, p. 1909-1926, 2004.
- GONZALEZ-VEGA, Claudio; VILLAFANI-IBARNEGARAY, Marcelo. Microfinance in Bolivia: Foundation of the Growth, Outreach and Stability of the Financial System. **The Handbook of Microfinance**, p. 203-251, 2011.
- GURLEY, John G.; SHAW, Edward S. Financial aspects of economic development. **The American Economic Review**, p. 515-538, 1955.
- HERMES, Niels; LENSINK, Robert. Microfinance: Its impact, outreach, and sustainability. **World Development**, v. 39, n. 6, p. 875-881, 2011.
- HERMES, Niels; LENSINK, Robert. The empirics of microfinance: what do we know?. **The Economic Journal**, v. 117, n. 517, p. F1-F10, 2007.
- HERMES, Niels; LENSINK, Robert; MEESTERS, Aljar. Outreach and efficiency of microfinance institutions. **World Development**, v. 39, n. 6, p. 938-948, 2011.
- HUDON, Marek; TRACA, Daniel. On the efficiency effects of subsidies in microfinance: An empirical inquiry. **World development**, v. 39, n. 6, p. 966-973, 2011.

- IMAI, Katsushi S.; ARUN, Thankom; ANNIM, Samuel Kobina. Microfinance and household poverty reduction: New evidence from India. **World Development**, v. 38, n. 12, p. 1760-1774, 2010.
- KHANDKER, Shahidur R. Microfinance and poverty: Evidence using panel data from Bangladesh. **The World Bank Economic Review**, v. 19, n. 2, p. 263-286, 2005.
- LEWIS, Jonathan C. Microloan sharks. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, n. 3, p. 54, 2008.
- MERSLAND, Roy; STRØM, R. Øystein. Performance and governance in microfinance institutions. **Journal of Banking & Finance**, v. 33, n. 4, p. 662-669, 2009.
- MORDUCH, Jonathan. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, 1999.
- MORDUCH, Jonathan. The microfinance schism. **World Development**, v. 28, n. 4, p. 617-629, 2000.
- RHYNE, Elisabeth. The yin and yang of microfinance: reaching the poor and sustainability. **MicroBanking Bulletin**, v. 2, n. 1, p. 6-8, 1998.
- ROBINSON, Marguerite S. **The Microfinance Revolution: Sustainable Finance for the Poor**. World Bank Publications, 2001.
- ROSENBERG, Richard. CGAP Reflections on the Compartamos Initial Public Offering. **Focus note**, v. 42, 2007.
- SCHMIDT, Reinhard H. Microfinance, commercialization and ethics. **Poverty & Public Policy**, v. 2, n. 1, p. 99-137, 2010.
- SCHREINER, Mark. Seven aspects of loan size. **Journal of Microfinance/ESR Review**, v. 3, n. 2, p. 27-47, 2001.
- SENGUPTA, Rajdeep; AUBUCHON, Craig P. The microfinance revolution: An overview. **Federal Reserve Bank of St. Louis Review**, v. 90, n. January/February 2008, 2008.

STIGLITZ, Joseph E.; UY, Marilou. Financial markets, public policy, and the East Asian miracle. **The World Bank Research Observer**, v. 11, n. 2, p. 249-276, 1996.

TOWNSEND, Robert M.; YARON, Jacob. The credit risk-contingency system of an Asian development bank. **Economic Perspectives-Federal Reserve Bank of Chicago**, v. 25, n. 3, p. 31-48, 2001.

UN-HABITAT. The challenge of slums: global report on human settlements 2003. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, v. 15, n. 3, p. 337-338, 2004.

VAN ROOYEN, Carina; STEWART, Ruth; DE WET, Thea. The impact of micro-finance in sub-Saharan Africa: a systematic review of the evidence. **World Development**, v. 40, n. 11, p. 2249-2262, 2012.

WEISS, John; MONTGOMERY, Heather. Great expectations: microfinance and poverty reduction in Asia and Latin America. **Oxford Development Studies**, v. 33, n. 3-4, p. 391-416, 2005.

WOLLER, Gary, DUNFORD, Christopher and WOODWORTH, Warner. "Where to microfinance?". **International Journal of Economic Development**, Vol. 1, No. 1, pp. 29-64, 1999.

YARON, Jacob. **Successful Rural Finance Institutions**. [S.l.] World Bank, 1992.

